



ACÓRDÃO Nº 523/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10952/2015.

Apenso: Processo nº 11269/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Barcelos.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Valmir Gonçalves da Silva – Ordenador de Despesa.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 10/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl.392).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barcelos. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Valmir Gonçalves da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Barcelos, no exercício 2014, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, III, 19, II e 22, III, “b” e “c” da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica TCE/AM) c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução TCE/AM nº 04/02 (Regimento Interno TCE/AM);

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Valmir Gonçalves da Silva**, no valor de R\$ 13.152,37 (Treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), que deve ser recolhido na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V e VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário e praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



ACÓRDÃO Nº 523/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Valmir Gonçalves da Silva**, no valor de R\$ 66.696,80 (sessenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), que deve ser recolhido na esfera municipal para a Câmara Municipal de Barcelos, pelas restrições apontadas pelo *Parquet* no Parecer Ministerial nº 4555/2016-MP-ESB (fls. 374/382). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.4. Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.5. Recomendar** à Câmara Municipal de Barcelos observe e cumpra atentamente as recomendações do Relatório Técnico da DICAMI às fls. 371/373, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues, dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral